REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR NOVA TERRA

EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE NEOLIBERAIS: ACESSO E PERMANÊNCIA TRANS, TRAVESTIS E NÃO BINÁRIAS

Áurea Augusta Rodrigues da Mata[58]

Introdução

Este resumo integra a pesquisa intitulada *Escola, território de disputas e contradições: as políticas públicas e a garantia do acesso e permanência das pessoas trans, travestis e não binárias no espaço escolar*. Parte-se da compreensão de que a escola, enquanto instituição social historicamente situada, constitui-se como espaço contraditório de reprodução e produção de sujeitos, inclusive no que se refere às normas de gênero e sexualidade (Louro, 2003). Nessa direção, os corpos que atravessam o espaço escolar são atravessados por relações de poder que normatizam, regulam e hierarquizam as identidades, reiterando padrões cisheteronormativos e marginalizando experiências dissidentes.

A análise proposta ancora-se na tradição crítica que compreende o Estado e as políticas públicas no interior das determinações da sociedade capitalista. A partir de Marx (2013), entende-se o Estado como expressão das relações sociais de produção, cuja função está vinculada à manutenção das

[58] Docente do Departamento de Habilitações Pedagógicas – Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

condições de reprodução do capital. Em contexto de crise estrutural do capital, conforme analisa Mészáros (2002), intensificam-se as estratégias de recomposição das taxas de lucro, implicando reconfigurações nas formas de intervenção estatal.

É nesse cenário que se insere o avanço do neoliberalismo, entendido não apenas como um conjunto de políticas econômicas, mas como racionalidade que redefine o papel do Estado, deslocando-o de provedor de direitos sociais para regulador de mercados. Como destacam Peroni (2003) e Oliveira (2018), esse processo se materializa na incorporação da Nova Gestão Pública (NGP), que introduz princípios empresariais na administração pública, tais como eficiência, desempenho, metas e responsabilização, ao mesmo tempo em que promove a privatização, a mercantilização e a terceirização de serviços públicos, incluindo a educação.

A educação, nesse contexto, passa a ser tensionada entre seu caráter de direito social, assegurado na Constituição Federal de 1988, especialmente nos artigos 205 e 206, que garantem a educação como dever do Estado e a igualdade de condições de acesso e permanência, e sua crescente subsunção à lógica mercantil. Tal contradição impacta diretamente os grupos historicamente marginalizados, como pessoas trans, travestis e não binárias, cujas trajetórias escolares são marcadas por processos de exclusão, violência e negação de direitos.

Dados da Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil (ABGLT, 2016) evidenciam que 68% dos

jovens LGBT entre 13 e 21 anos sofreram agressões verbais na escola, enquanto 26,6% relataram agressões físicas, e cerca de 60% se sentiam inseguros no ambiente escolar. Esses números revelam que a escola, longe de se constituir como espaço de garantia de direitos, frequentemente atua como dispositivo de regulação e exclusão. Como argumentam Xavier e Vianna (2023), a heterossexualidade compulsória é reiterada pelas instituições sociais, produzindo a marginalização daqueles que rompem com a linearidade entre sexo, gênero e sexualidade. Nessa mesma direção, Bento (2011) destaca que a produção de sujeitos considerados "abjetos" é fundamental para a manutenção da ordem heteronormativa, sendo a escola uma instituição central nesse processo.

Ao mesmo tempo, observa-se um avanço das violências contra pessoas trans no Brasil, que permanece, segundo Benevides (2025), como o país que mais assassina essa população no mundo pelo 16º ano consecutivo. As violências se expressam tanto no ambiente físico quanto no virtual, sendo o acesso à educação, à saúde e ao reconhecimento identitário campos centrais de disputa. Diante desse quadro, problematiza-se em que medida as políticas públicas educacionais, compreendidas como materialização da ação estatal (Azevedo, 2004), têm respondido às demandas por acesso e permanência dessas populações. Considerando as inflexões neoliberais e os processos de desresponsabilização do Estado, questiona-se se tais políticas têm garantido, efetivamente, o direito à educação ou se têm contribuído para a reprodução das desigualdades estruturais.

O objetivo geral da pesquisa é analisar as políticas públicas educacionais vigentes e os projetos de lei em tramitação nos municípios da Paraíba que abordam gênero e sexualidade, com foco na garantia do acesso e permanência de pessoas trans, travestis e não binárias no espaço escolar. A pesquisa se insere no esforço de compreender a escola como território de disputas, no qual se confrontam projetos societários distintos: de um lado, a lógica neoliberal de mercantilização e exclusão; de outro, a defesa da educação pública como direito social e espaço de reconhecimento da diversidade.

Metodologia

A pesquisa fundamentou-se na abordagem qualitativa, a partir da perspectiva crítico-dialética, que compreende o conhecimento como produção histórica e socialmente situada. Nessa perspectiva, o sujeito-pesquisador não se dissocia do objeto, mas interpreta os fenômenos a partir de suas mediações, incorporando as dimensões de significado, intencionalidade e contradição presentes nas relações sociais (Minayo, 2008). Adotou-se a pesquisa documental (Gil, 2007) como procedimento central, entendida não apenas como levantamento de fontes, mas como apreensão das expressões concretas da ação do Estado no interior das determinações da sociedade capitalista.

Foram analisados documentos normativos, legislações e projetos de lei (em âmbito estadual e municipal) relativos às políticas educacionais voltadas ao acesso e à permanência no

espaço escolar de pessoas trans, travestis e não-binárias, articulados a fontes secundárias (produções acadêmicas) que permitem situar tais políticas em suas mediações históricas e sociais.

A investigação assumiu caráter explicativo (Severino, 2007), ao buscar não apenas descrever, mas apreender as determinações e contradições que incidem sobre a formulação e implementação das políticas públicas, especialmente no contexto de reconfiguração do Estado sob a lógica do neoliberalismo. O percurso metodológico orientou-se pelo método dialético (Triviños, 2009), estruturando-se na articulação entre totalidade, mediação e contradição.

A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo (Bardin, 1977). Tal análise foi articulada à análise de conjuntura (Souza, 1995), visando apreender as políticas educacionais como expressão das correlações de força, dos interesses em disputa e das relações entre estrutura e conjuntura na sociedade capitalista.

Resultados

A pesquisa, inicialmente, analisou as políticas públicas educacionais vigentes e os projetos de lei em tramitação na Assembleia Legislativa da Paraíba e na Câmara Municipal de João Pessoa (PB), identificando 710 matérias legislativas que foram lidas e codificadas, das quais 198 foram selecionadas para análise por sua relação com gênero, sexualidade e educação. Observou-se que as poucas iniciativas voltadas à população trans, travesti e não binária se restringem,

majoritariamente, à modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), evidenciando uma inclusão tardia e precarizada, que não tensiona os mecanismos de exclusão na educação básica. As demais, priorizavam uma visão generalista de igualdade e a influência do discurso conservador sobre ideologia de gênero, que ainda tem impedido a implementação de políticas específicas.

Na sequência, a pesquisa se debruçou em fazer a análise nas mesorregiões paraibanas, que de acordo com o IBGE, são: Mata Paraibana, Agreste, Borborema e Sertão. Destacamos, ao menos, um município por mesorregião, levando em consideração os maiores por população. Destacamos: Mata Paraibana (Santa Rita e Sapé), Agreste (Campina Grande), Borborema (Monteiro) e Sertão (Patos e Cajazeiras). Os dados encontrados reafirmam o que foi encontrado na anterior. Nos municípios investigados, predominam tanto a ausência de políticas específicas quanto a presença de iniciativas legislativas de caráter conservador, que operam como mediações ideológicas da crise, restringindo direitos e reforçando a cisheteronormatividade. Em cidades como Campina Grande e Patos, por exemplo, identificam-se projetos e leis que buscam interditar o debate de gênero nas escolas, ao mesmo tempo em que propostas inclusivas são arquivadas ou fragilizadas, evidenciando a disputa entre projetos societários antagônicos.

Essa contradição expressa o movimento mais amplo de reconfiguração do Estado, no qual a ampliação formal de direitos convive com sua negação concreta, sobretudo para

sujeitos historicamente marginalizados. A ausência de políticas estruturantes voltadas à permanência escolar dessa população revela os limites de uma política educacional subsumida à lógica do capital, que, ao mesmo tempo em que universaliza abstratamente, produz exclusão concreta.

Os achados corroboram a análise de que a evasão escolar de pessoas trans, travestis e não-binárias não se configura como escolha individual, mas como expressão de processos estruturais de expulsão (Nascimento, 2021), articulados às formas contemporâneas de gestão da desigualdade. Assim, a escola se afirma como território de disputas, no qual se materializam as contradições entre a lógica neoliberal, que mercantiliza e exclui, e a defesa da educação como direito social universal, efetivamente comprometido com a diversidade e a justiça social. Nesse contexto, a incorporação de princípios da Nova Gestão Pública (NGP) e os processos de privatização e desresponsabilização do Estado produzem políticas marcadas pela generalidade e pela focalização, incapazes de enfrentar as desigualdades estruturais.

Referências

ABGLT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016**. Curitiba: ABGLT, 2016.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **A educação como política pública**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENEVIDES, Bruna. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais no Brasil em 2024. Brasília: ANTRA, 2025.

BENTO, Berenice. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549–559, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/DMNhmpzNbKWgH8zbgQhLQks/abstract/?lang=pt. Acesso em: 9 ago. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A Reestruturação da profissão docente no contexto da nova gestão pública na América Latina. **Rev. FAEEBA – Ed. Contemp.,** Salvador, v. 27, n. 53, p. 43-59, 2018. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/5660. Acesso em: 9 ago. 2026.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

SEVERINO, Antonio. Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Hebert José de. **Como se faz análise de conjuntura**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2009.

XAVIER, Thais Pimentel de Oliveira; VIANNA, Claúdia. A Educação de Pessoas Trans*: relatos de exclusão, abjeção e luta. **Educação & Realidade,** Porto Alegre, v. 48, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/g8MwFhhYPQktwdH6tn737Dk/?format=pdf&lang=pt&ilang=en. Acesso em: 9 ago. 2026.